



**Anexo de condicionantes nº 0221651/2020 (SIAM)**  
**aprovado na 40ª RO da CAP realizada no dia 28/05/2020.**  
**PARECER ÚNICO Nº 0153680/2020 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 21240/2009/003/2018	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão Pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b>	Licença de Operação Corretiva LAC2 (LOC)	<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 8 anos
<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
<b>EMPREENDEDOR:</b>	SORELSOCIEDADE REFLORESTADORA SA	<b>CNPJ:</b> 16.861.783/0019-67
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	SORELSOCIEDADE REFLORESTADORA SA – Fazenda Caraibas	<b>CNPJ:</b> 16.861.783/0019-67
<b>MUNICÍPIO:</b>	Várzea da Palma	<b>ZONA:</b> Rural
<b>COORDENADAS UTM (DATUM): SIRGAS 2000</b>	<b>LAT/Y</b> 528.039,9	<b>LONG/X</b> 8.055.021
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Zona De Amortecimento <input type="checkbox"/> Uso Sustentável <input checked="" type="checkbox"/> Não		
<b>NOME:</b>		
<b>BACIA FEDERAL:</b>	Rio São Francisco	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio das Velhas
<b>UPGRH:</b>	SF5 Rio das Velhas	<b>SUB-BACIA:</b> Córrego Correntes
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>
G-01-03-1	Silvicultura	4
G-03-03-4	Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada	3
F-01-01-5	Armazenamento de produtos agrotóxicos	Não Passível
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>
Hidroflor Consultoria Ambiental e Projetos Ltda		CREA MG 071.923
Eduardo Wagner Silva Pena		CRBio 57.631/D



**ANEXO I**  
**Condicionantes para Licença em Caráter Corretivo LAC2 (LOC)**  
**Sorel – Sociedade Reflorestadora HÁ**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	<p>Apresentar <b>Relatório Consolidado Anual</b> até 31/01 do ano subsequente, com o status/andamento do cumprimento de todas as condicionantes (Incluindo <b>Programa de Automonitoramento, Programa de Educação Ambiental, Programa de Monitoramento de Fauna e programas propostos no Plano de Controle Ambiental-PCA</b>).</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O relatório trata-se de apresentação de todos os protocolos com respectivas datas, evidenciando o cumprimento de condicionantes, bem como casos de alteração, prorrogação ou exclusão de condicionantes.</li><li>- Mapas/plantas topográficas deverão ser apresentadas em formatos físico (em escala que permita visualização) e digital (preferencialmente nos formatos: gtm; .kml; .kmz).</li></ul>	Durante a vigência da licença
02	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
03	Atualizar e apresentar o Programa de Qualidade das Águas Superficiais adotando, além dos parâmetros propostos, as metodologias de avaliação Índice de Qualidade das Águas (IQA) e Índice de Estado Trófico (IET), bem como acrescentar os principais grupos químicos dos agrotóxicos utilizados na propriedade.	120 dias
04	Executar o Programa de Qualidade das Águas Superficiais conforme proposto e adequação realizada, com monitoramento semestral e apresentação de relatório anual até 31/01 do ano subsequente.	Durante a vigência da licença
05	Executar os novos projetos do sistema de tratamento dos efluentes domésticos, conforme o último projeto de adequação apresentado em atendimento às 2nformações complementares. Apresentar relatório técnico da execução da obra, acompanhado de ART, bem como relatório fotográfico.	120 dias



06	Apresentar a regularização ambiental do destinador final dos efluentes sanitários coletados dos banheiros químicos das frentes de trabalho ou apresentar e executar proposta técnica para despejo afluente nos sistemas de tratamento utilizados no empreendimento, acompanhado com ART, demonstrando a capacidade da estação de tratamento de receber e tratar eficientemente tais efluentes recebidos.	120 dias
07	Acrescentar no galpão de armazenamento de resíduos sólidos uma baia para resíduos perigosos, a qual deve ter piso impermeável, no mínimo meias paredes lateral em alvenaria, dique de contenção de efluentes que por ventura possam ser derramados, cobertura e acesso restrito. Apresentar relatório técnico da execução da obra, acompanhado de ART, bem como relatório fotográfico.	120 dias
08	Apresentar cópia do protocolo de entrega do Relatório comprovando o cumprimento dos incisos de I a VIII do Art. 3º, junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, conforme preconiza a Deliberação Normativa COPAM nº 227, de 29 de agosto de 2018.	30 (trinta) dias após a apresentação do relatório à FEAM que deverá ocorrer conforme prazo estabelecido na DN227/2018
09	Apresentar cópia do protocolo de formalização do estudo de dispersão das emissões atmosféricas da UPC junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam, conforme preconiza a Art . 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 227, de 29 de agosto de 2018.	30 (trinta) dias após a apresentação do estudo à FEAM, que deverá ocorrer conforme prazo estabelecido na DN227/2018
10	Realizar o gerenciamento, a separação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados no empreendimento, que obedeça aos princípios legais e técnicos vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas na Lei nº 18.031/2009 (Política Estadual de Resíduos	Durante a vigência da licença



	Sólidos), executando o Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos, incluindo o destino adequado das embalagens de agrotóxico, com apresentação de relatório das ações executadas ( <b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b> ).	
11	Adotar medidas preventivas que minimizem os riscos de ocorrência de incêndios, especialmente nas áreas protegidas do empreendimento – áreas de reserva legal, APP e remanescentes nativos. Nesse sentido, apresentar relatório com descrição medidas e ações executadas ( <b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b> ).	Durante a vigência da licença
12	<p>Executar o Programa de Monitoramento de Fauna para as classes mastofauna (pequeno, médio e grande porte e quiropteroфаuna), avifauna, ictioфаuna, herpetofаuna e entomofаuna.</p> <p>Ressalta-se que deverá ser incluído métodos de monitoramento específicos para todas as espécies ameaçadas diagnosticadas no levantamento.</p> <p>O monitoramento deverá ser executado de acordo com todas as complementações solicitados na emissão da AMF emitida para Licença.</p>	Durante a vigência da licença
13	Estabelecer parceria junto a instituições científicas capacitadas para elaboração de projeto para avaliar novas formas de manejo e conservação da fauna ameaçada, diagnosticada nos estudos apresentados no empreendimento.	04 Anos para Apresentação
14	<p>Executar o projeto desenvolvido em parceria com instituição científica (Após apresentação e aprovação do projeto pela Supram NM).</p> <p>Apresentação de relatórios (<b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b>).</p>	Durante a vigência da licença
15	<p>Adotar práticas de manejo e conservação do solo. Estas práticas devem contemplar no mínimo o controle de águas pluviais com instalação e manutenção de bacias de contenção e camalhões ao longo das estradas e carregadores, principalmente em áreas de maior declividade.</p> <p>Apresentar relatório, com registro fotográfico e coordenadas geográficas, dos locais onde foram aplicadas as medidas de controle (<b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b>).</p>	Durante a vigência da licença
16		120 dias



	Protocolar, na gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00, Decreto Estadual nº 45.175/09 e Decreto Estadual nº 45.629/11.	
17	<p>Executar Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) nas 03 antigas cascalheiras localizadas na área de Reserva Legal, conforme cronograma de execução. Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser recuperada no PRAD com memorial fotográfico (<b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b>).</p> <p><b>OBS.: (PRAD referente ao TAC firmado entre as partes)</b></p>	Durante a vigência da licença
18	<p>Executar Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) nos aceiros existentes no interior da área de Reserva Legal, conforme cronograma de execução. Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser reconstituída no PTRF com memorial fotográfico (<b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b>).</p> <p><b>OBS.: (PTRF referente ao TAC firmado entre as partes)</b></p>	Durante a vigência da licença
19	<p>Realizar o recuo dos talhões de eucalipto, os quais se encontram em APP de vereda (4,30 há), <b>conforme Estudo de Solo Hidromórfico apresentado</b>.</p> <p>Executar Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) na referida área, conforme cronograma de execução.</p> <p><b>OBS.1:</b> Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser reconstituída no PTRF com memorial fotográfico (<b>Anualmente, até o dia 31/01 de cada ano de vigência da licença</b>).</p> <p><b>OBS.2: (PTRF referente ao TAC firmado entre as partes)</b></p>	Durante a vigência da licença
20	Executar Programa de Educação Ambiental, conforme cronograma executivo apresentado e em observância a DN COPAM nº 214/2017.	Durante a vigência de Licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE



Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-NM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*





## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença em Caráter Corretivo LAC2 (LOC) Sorel - Sociedade Reflorestadora SA

#### 1. Resíduos Sólidos

##### 1.2 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

##### 1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

2 – Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

- Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

- Outras (especificar)

#### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado,



*semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.*

- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.*
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.*
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.*

## 2. Efluentes Líquidos

Enviar **anualmente** à SUPRAM-NM, até 31 de janeiro do ano subsequente, os resultados das análises efetuadas de acordo com a tabela abaixo, **acompanhada com um laudo técnico conclusivo a respeito da eficiência do tratamento**. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas análises.

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada (antes do tanque séptico) e na saída (depois do filtro anaeróbio), em cada um dos sistemas de tratamento de efluentes domésticos	DBO, DQO, pH, óleos e graxas, substâncias tensoativas, sólidos suspensos totais, materiais sedimentáveis	Frequência <b>Semestral</b> . Meses de coleta: fevereiro e agosto.
Na entrada e na saída da caixa separadora de água e óleo	DBO, DQO, pH, óleos e graxas, substâncias tensoativas, fenóis, sólidos suspensos totais, materiais sedimentáveis.	Frequência <b>Semestral</b> . Meses de coleta: fevereiro e agosto.

**ATENÇÃO:** Só serão aceitos, para fins de cumprimento do Programa de Automonitoramento, os relatórios emitidos por laboratórios que estão em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017. Os





relatórios também devem conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

**Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o empreendedor deverá realizar a adequação do sistema de tratamento e apresentar ao órgão ambiental um relatório técnico das ações executadas.**

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

